

**Turismo em municípios de pequeno porte, diretrizes e propostas: estudo de caso no município de Analândia/SP**

**Tourism in small counties, strategies and proposals: case study in Analândia/SP**

André Riani Costa Perinotto<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo desta pesquisa foi elaborar um esboço de proposta com o intuito de iniciar o processo de planejamento do turismo em municípios de pequeno porte, mas de grande potencial. Partiu-se de um diagnóstico qualitativo suficiente para definir objetivos, diretrizes e algumas propostas segundo as dimensões, ou “pilares”, do desenvolvimento sustentável apontadas por Sachs (2004). Teve como estratégia inserir um município em uma região definida pela capacidade de atração dos municípios, tendo como variável importante a distância de centros emissores. A viabilidade turística pode ser fortalecida pela presença de outros municípios com atividades semelhantes e/ou afins em implantação e consolidadas, cuja interação e complementaridade peculiar ao ramo, criam e fomentam economias de aglomeração para todos os municípios. Por fim, demonstrou-se que é viável o desenvolvimento do turismo em municípios de pequeno porte, desde que se fundamente no paradigma da sustentabilidade e adote uma estratégia regional. Região com forte apelo ao turismo no meio rural e ao geoturismo.

**Palavras-chave:** Geoturismo; Turismo sustentável, cidades de pequeno porte, Analândia

**ABSTRACT:** The main purpose of this project was to elaborate a sketch of proposals in order to start the process of planning the tourism in small dimension counties with great touristic potential. The first step was to make a qualitative diagnostic enough to define objectives, rules and some proposals following the sustainable development bases pointed out by Sachs (2004). The basic strategy was to insert a county in a region defined by the attractive capacity of the forming counties, having as important variable the distance from the emitter centers. The touristic viability could be also increased by the existence of neighbor counties with same activities (in course or already consolidated) whose interaction as a whole is able to create and input agglomeration economy to all counties in that region. It was possible to demonstrated that the development of the tourism is viable in a small county if the activity is based on sustainable paradigm in a regional context.

**Keywords:** geotourism; sustainable tourism; small county, Analândia.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo pela Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP, Especialista em Docência para Ensino Superior em Turismo e Hotelaria pelo SENAC/SP, Mestre em Geografia (Organização do Espaço) pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho/UNESP. Pesquisador/Docente/Consultor:  
E-mail: [andrehriani@bol.com.br](mailto:andrehriani@bol.com.br). Tel: 19-91618952 ou 19-35248552

## **1- INTRODUÇÃO**

O objetivo deste trabalho foi elaborar um esboço de proposta com o intuito de iniciar o processo de planejamento do turismo em municípios de pequeno porte, mas de grande potencial. Partiu-se de um diagnóstico qualitativo suficiente para definir objetivos, diretrizes e algumas propostas segundo as dimensões, ou “pilares”, do desenvolvimento sustentável apontadas por Sachs (2004).

Portanto, é de extrema importância a elaboração de uma pesquisa como a que se propõe, pois esta oferecerá informações e dados que poderão fundamentar futuras intervenções municipais públicas e privadas no setor turístico, uma das opções de desenvolvimento para cidades de pequeno porte. Há necessidade de se ativar e dinamizar a gestão turística natural das cidades (pública e privada), redirecionando o uso desordenado do meio.

A seqüência do trabalho aqui proposta enfatiza os fatores como sustentabilidade, destacando-se bases teóricas sobre desenvolvimento sustentável, planejamento e turismo sustentável, além da caracterização geral do turismo em Analândia/SP, que possui forte apelo ao geoturismo com seus atrativos e recursos naturais.

## **2- DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PLANEJAMENTO E TURISMO SUSTENTÁVEL.**

A seguir, pretende-se expor os diferentes termos e conceitos que foram utilizados no diagnóstico e nas propostas nos capítulos adiante, servindo para dar coerência e consistência segundo os princípios do desenvolvimento sustentável.

Sachs (1993) considera o termo *desenvolvimento sustentável* como uma atualização do ecodesenvolvimento usado desde a década de setenta. Sachs (2004) considera também que, para se planejar o desenvolvimento, devem ser consideradas simultaneamente as cinco

dimensões, ou “pilares” deste desenvolvimento, que são: social, ambiental, territorial, econômico e político.

- Social: fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de ruptura social que paira, de forma ameaçadora, sobre muitos lugares problemáticos do planeta;
- Ambiental: baseada no duplo imperativo ético da solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras, com suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- Territorial: relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- Econômico: sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- Político: a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; pois, a liberdade faz toda a diferença.

Porém, para que existam esses cinco “pilares” do desenvolvimento sustentável há sete critérios de sustentabilidade (SACHS, 2002): social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política.

- Sustentabilidade social: civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa, reduzindo o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais.
- Sustentabilidade cultural: mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional

integrado e endógeno (em oposição à cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

- **Sustentabilidade ecológica:** preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis, ampliação da capacidade dos recursos da Terra; limitação do uso dos recursos não-renováveis ou o consumo de combustíveis fósseis; redução do volume de resíduos e poluição; autolimitação do consumo material pelos países ricos.
- **Sustentabilidade ambiental:** respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- **Sustentabilidade territorial:** configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhorias do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
- **Sustentabilidade econômica:** desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional; deve se tornar possível pela alocação e gerenciamento mais eficientes dos recursos e do fluxo constante de investimentos públicos e privados.
- **Sustentabilidade política:** definida em níveis nacional e internacional; em relação ao nível nacional: democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão nacional. No nível internacional: eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo na aplicação do Princípio da Precaução na gestão do

meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), e a gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

O autor (Sachs, 2004) destaca, ainda, que ocorre a materialização do ecodesenvolvimento quando as tecnologias incorporadas, o trabalho alocado e os recursos derivados do processo são provenientes do meio e reinvestidos em benefício dos atores sociais envolvidos de maneira direta.

E como avançar para uma sociedade mais sustentável? A resposta a esta pergunta foi discutida e difundida por Hernandez *apud* Nascimento (2004), que acredita que a participação do cidadão, a descentralização do Estado (que é bem diferente de privatização, porque descentralizar passa a ser no sentido de dar mais poder às decisões locais e regionais, de diminuir o poder “centralizador” do Estado), o respeito às diferenças culturais, e a proteção do meio ambiente são as formas mais eficazes de ação rumo à sustentabilidade da sociedade.

Segundo Strong *apud* Sachs (1993), o mundo não seria o mesmo após a segunda Conferência da ONU para o meio ambiente e desenvolvimento humano, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como Rio-92. Foi um momento decisivo na busca de uma nova ordem internacional, baseada no desenvolvimento equitativo e na segurança ambiental, o início de um processo para estabelecer as bases de transição para o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento e o meio ambiente estão indissolavelmente vinculados e devem ser tratados mediante a mudança do conteúdo, das modalidades e das utilizações do crescimento. Três critérios fundamentais devem ser obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. (Strong *apud* SACHS 1993).

A transformação do espaço em “produto” turístico requer uma crescente racionalidade, discussão e planejamento devido à competitividade, que se dá, atualmente, até em escala global. Ou seja, não deixar as massas e as demandas saírem da ordem do equilíbrio, evitando ao máximo a descaracterização do diferente e a banalização das diferenças. Essas racionalidades e competitividades, que afetam a organização de todos os setores produtivos, como forma de adequação e sobrevivência a um mercado globalizado, fazem do planejamento uma condição do sucesso de planos e políticas setoriais.

O planejamento pressupõe-se a necessidade de um processo decisório que ocorrerá antes, durante e depois de sua elaboração e futura implementação na localidade ou organização. Este processo de tomada de decisão na localidade deve conter, ao mesmo tempo, os componentes individuais e organizacionais (planejamento participativo), bem como a ação nestes dois níveis pode ser orientada de tal maneira que garanta certa confluência de interesses dos diversos fatores alocados na localidade.

Segundo Oliveira (1994)...

...”O processo de planejar envolve, portanto, um “modo de pensar”; e um salutar modo de pensar envolve indagações; e indagações envolvem questionamentos sobre o que será feito, como, quando, para quem, por quem e onde será feito. Toda atividade de planejamento..., por sua natureza, deverá resultar de decisões presentes, tomadas a partir do exame do impacto das mesmas no futuro, o que lhe proporciona uma dimensão temporal de alto significado”.

O propósito de um planejamento pode ser definido como desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de analisar e avaliar as implicações futuras de decisões presentes em funções dos objetivos organizacionais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de um modo mais coerente, eficaz, eficiente e rápido. Dentro deste raciocínio, pode-se afirmar que o exercício sistemático do planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida no processo decisório e, conseqüentemente, provocar o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos e desafios estabelecidos. Além disso, o fato de o planejamento ser “um processo de estabelecimento de um estado futuro desejado e

um delineamento dos meios efetivos de torná-lo realidade justifica que ele anteceda à decisão e à ação”. (OLIVEIRA, 1994).

Para ilustrar bem sobre o planejamento, pode-se citar 4 (quatro) princípios específicos do planejamento que são classificados por Ackoff (1974) como:

- Participativo: o principal benefício do planejamento não é seu produto, ou seja, o plano, mas o processo envolvido. Nesse sentido, o papel do responsável pelo planejamento não é simplesmente elaborá-lo, mas facilitar o processo de sua elaboração pela própria localidade e deve ser realizado pelas áreas pertinentes ao processo.
- Coordenado: todos os aspectos envolvidos devem ser projetados de forma que atuem interdependentemente, pois nenhuma parte ou aspecto de uma empresa ou localidade pode ser planejado eficientemente se o for de maneira independente de qualquer outra parte ou aspecto.
- Integrado: os vários escalões de uma empresa ou de uma localidade devem ter seus planejamentos integrados (como um plano diretor). Nas empresas ou organizações voltadas para o ambiente, nas quais os objetivos empresariais dominam os dos seus membros, geralmente os objetivos são escolhidos de “cima para baixo” e os meios para atingi-los de “baixo para cima”, sendo esse fluxo usualmente invertido em uma empresa ou organização cuja função é servir aos seus membros.
- Permanente: essa condição é exigida pela própria turbulência do ambiente, pois nenhum plano mantém seu valor com o tempo.

É importante estar atento a estes princípios do planejamento, pois estes podem proporcionar bases mais sólidas para um processo decisório inerente ao planejamento e desencadear estratégias para sua futura implantação.

Para fins de estratégias de desenvolvimento do turismo em Analândia um dos tipos ou métodos de planejamento e o que acredita-se de uma forma simples que interessa para uma

localidade tornar-se turística e ter “produtos” atraentes e diferentes é o planejamento estratégico, muito utilizado em empresas para se chegar aos produtos e projetos com uma maior eficiência, mas como neste trabalho coloca-se em um plano de estudo de localidade, utilizar-se-á o planejamento regional também, mas no sentido de estudar uma gestão de demanda adequada e equilibrada para a área de estudo.

De acordo com Oliveira (1994) o planejamento estratégico corresponde ao estabelecimento de um conjunto de providências a serem tomadas pelo responsável pela organização (neste caso o prefeito ou algum executivo indicado pelo próprio) para a situação em que o futuro tende a ser diferente do passado; entretanto o município ou a organização tem condições e meios de agir sobre as variáveis e fatores de modo que possa exercer alguma influência; o planejamento é ainda um processo contínuo, um exercício mental que é executado pela sociedade (prefeitura, órgãos privados, comunidade local e ainda intelectuais ou pesquisadores) independentemente de vontade específica de alguns.

O planejamento estratégico é imprescindível para realizar, de forma objetiva e eficaz, o desenvolvimento do turismo. Os seguintes itens propostos por Oliveira (1994) demonstram o que seria o resultado final de um planejamento deste tipo:

- o Direcionamento de esforços para pontos comuns;
- o Consolidação do entendimento por todos os atores participantes da missão, dos propósitos, das macroestratégias, das macropolíticas, da postura estratégica, dos objetivos gerais, dos objetivos funcionais, dos desafios, das metas, das políticas e dos projetos, bem como indicar a elaboração do programa de atividades de várias unidades organizacionais que integram a estrutura organizacional.

Sendo assim, segundo Lombardo (1963 *apud* RODRIGUES, 1999) planejar é escolher os “melhores” meios para se obter determinados objetivos. Cabe, então, discutir este objetivo, o desenvolvimento turístico e, em última análise, o turismo na perspectiva do planejamento e do desenvolvimento sustentável.

Assim, de acordo com Trigo (1993), o turismo pode trazer inúmeros benefícios para a localidade, se bem conduzido por profissionais qualificados e capacitados para tal processo, por meio de um planejamento estratégico-territorial abrangendo uma capacidade local e regional, tais como: maior capital de giro, maior oferta de empregos diretos e indiretos, novas fontes de renda para pequenos produtores, criação de novas divisas econômicas, maior preocupação em relação à consciência política e cidadã e ao meio ambiente (sua conservação e proteção), crescimento da visibilidade desta localidade em relação a outras populações por meio do *marketing* turístico etc. Tudo isto demanda ao município responsabilidade de se organizar e planejar o turismo, juntamente com órgãos estaduais, federais, ONGs e também o setor privado, como os proprietários de terras, donos de meios de hospedagem e o setor de alimentos e bebidas, entretenimento, transportes, imobiliários, entre outros.

Todavia, um turismo mal organizado e mal planejado, principalmente no que se refere ao planejamento territorial, pode acarretar vários problemas para o meio, como, por exemplo, o saneamento básico deficitário que, muitas vezes, tem demanda multiplicada significativamente em épocas de alta temporada. Nesses períodos, principalmente os efluentes domésticos atingem números superiores à capacidade instalada dos serviços. Além disso, fica muito difícil organizar a coleta de lixo e locais para seu despejo. Outro exemplo é em relação às trilhas nos atrativos turísticos e em alguns recursos naturais que possuem potencial para serem visitados: deve-se produzir um estudo de capacidade de carga para que a erosão não atinja o local; outro problema acarretado pelo turismo desorganizado é em relação à população nativa que, freqüentemente, é afastada de seu local de moradia pela especulação imobiliária e de sua atividade remunerada original, ficando à margem da economia local, assim não valoriza suas raízes culturais, submetendo-se aos novos valores que são trazidos pelos visitantes e pelos especuladores de mercado.

A crescente importância econômica do turismo é causa e consequência de sua ampliada necessidade de intervenção espacial. Para que o turismo possa acontecer, faz-se necessária a criação de um sistema de objetos, que estão relacionados à locomoção de pessoas, à sua hospedagem, às suas necessidades de alimentação, capaz de atender à demanda de ações que lhe são próprias do turismo. O conjunto resultante de sobreposição desses sistemas de objetos e de ações (Santos, 1997 *apud* CRUZ, 2002, p. 8) requeridos pelo uso turístico do espaço,

distingue o lugar turístico da atualidade dos “outros lugares”.

Portanto, diversas particularidades caracterizam a relação turismo-território no que se refere à produção e ao consumo de territórios pelo turismo. Uma dessas especificidades diz respeito ao fato de o principal objeto de consumo do turismo, ser o espaço, entendido como o conjunto indissociável de objetos e de ações, fixos e de fluxos. Nenhuma outra atividade econômica consome espaço, como faz o turismo e esse é fator importante da diferenciação entre turismo e outras atividades produtivas. “É pelo processo de consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos” (CRUZ, 2002).

A apropriação primitiva de lugares por turistas pode ou não se desdobrar em uma apropriação organizada, ou seja, na inserção dessas localidades entre os destinos turísticos oficiais. O modo como se dá a passagem de uma para outra condição é que vai determinar a qualidade e a intensidade das transformações passíveis de ocorrer nesses territórios devido a seu uso pelo turismo.

Tem-se, do ponto de vista territorial e espacial, uma valorização seletiva dos territórios. “Os territórios são valorizados em função da sua acessibilidade, às vezes em função do *marketing*, que vende a sua imagem, e em função da natureza também, que se for bem vendida, digamos assim, é valorizada” (Becker, 1963 *apud* LEMOS, 1996, p. 184). Este novo significado da natureza está gerando um novo mercado em que os indivíduos não são submetidos ao *marketing* e ao turismo de massa, mas, sim ao desejo de retornar à natureza; o ser humano se insere na natureza sem deformá-la, sem depredá-la excessivamente; quer um retorno à natureza e faz isto em lugares específicos, em pontos seletivos.

Assim, um dos mecanismos mais eficientes para condução da organização do território e do desenvolvimento turístico equilibrado é, sem dúvida, um bom planejamento, que se entende como uma atividade que procura estabelecer condições para evitar ou minimizar os problemas futuros. O planejamento territorial ressalta a importância da soberania, do poder na (re)organização do espaço.

Para tanto, o conceito de turismo sustentável foi desenvolvido para evitar os riscos que a

condução inadequada da atividade pode provocar no meio. O turismo sustentável, segundo Krippendorf (1989), é visto como uma triangulação entre destinações, turistas e prestadores de serviço. Para haver este equilíbrio, deve-se proteger a cultura e as características das comunidades receptoras; as paisagens; a economia; o crescimento a longo prazo da atividade turística, que estimulará a qualidade da experiência vivencial buscada pelos visitantes; a compreensão, a liderança e a visão a longo prazo entre os empreendedores.

O turismo sustentável deve, portanto, considerar:

...a gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempo. (GLOBE'90, 1990).

O desenvolvimento da atividade turística qualificada de sustentável:

...exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, co-responsabilidade e participação. (IRVING, 2002).

Para um turismo sustentável, sua implantação e o pleno funcionamento estão intimamente ligados ao planejamento territorial, pois, atuará na organização de planos de manejo de áreas naturais com atrativos turísticos e outras áreas com potencial para tal. O ecodesenvolvimento, definido por Sachs (1993) como “o desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente” também faz parte desta implantação.

Segundo Ruschmann (1991 *apud* RODRIGUES, 1999),

a preservação do meio depende de uma política turística eficaz e deve considerar, entre outros fatores, a condução racional da ocupação territorial pelas facilidades turísticas e equipamentos de lazer e o controle do seu crescimento sem medida, visando resguardar a atratividade e a originalidade das atrações para as gerações futuras.

Além disso, para se promover um relacionamento harmonioso entre turismo e a conservação ambiental, (Ruschmann, 1991 *apud* LEMOS, 1996) recomenda: desenvolver um turismo sustentável ou ecologicamente correto; determinar a capacidade de carga, que deve constituir a base para um planejamento do turismo em áreas com recursos de fragilidade e beleza consideráveis; fazer um zoneamento detalhado dos recursos naturais propícios ao turismo, identificando e classificando as diferentes áreas de acordo com a fragilidade do ecossistema, a fim de estabelecer critérios que irão liberar ou proibir a sua utilização turística; desenvolver uma educação ambiental voltada ao turismo com os turistas e com as comunidades naturais (receptoras); realizar estudos dos impactos ambientais (EIA) e seus respectivos relatórios (RIMA), instrumentos importantíssimos para a conservação dos recursos naturais com potencial turístico; intensificar a fiscalização dos empreendimentos e programas voltados ao turismo e, por fim, capacitar sempre os recursos humanos. Pode-se, assim, conciliar turismo e meio ambiente, com planejamento e organização territorial.

Reforçando essas considerações, há que se ter em conta que o espaço passa a ser matéria-prima do turismo, com as condições geográficas desempenhando importante papel. As condições naturais, o patrimônio histórico e cultural, os elementos técnico-científicos, a organização econômica e social são os critérios geográficos que intervêm, isoladamente ou em combinações, na produção e localização dos espaços turísticos.

Contraditoriamente, a competitividade entre lugares turísticos, em vez de instigar a valorização à diferença, como a cultura popular local, está gerando padronização e similitude. “Quem quer que costume viajar bastante, já percebeu como vários itens se repetem, numa chamada ‘ordem internacional’ no mundo do turismo” (Yázigi, 1996 *apud* CRUZ, 2002 p.158). As (inquietantes) semelhanças paisagísticas entre lugares produzidos pelo turismo revelam que há algo de internacionalmente ordinário nesses lugares (Urry, 1996 *apud* CRUZ, 2002) e se há uma tendência nova à diferenciação, promovida por uma divisão internacional dos lugares turísticos, essa tendência ainda está para produzir lugares menos ordinários e quem sabe mais autênticos. Devido a isto, este trabalho toma como estudo de caso um território (o município de Analândia) por ter um processo ainda incipiente e pouco intensivo, representativo de muitos outros no Estado de São Paulo.

### 3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

Etapas da pesquisa

- Levantamento e análise de documentações bibliográficas e cartográficas encontradas em bibliotecas, prefeituras municipais, arquivos e afins.
- Visita à área de estudo, realizando entrevistas com funcionários da Prefeitura Municipal de Analândia e órgãos privados ligados ao Turismo.
- Compilação e análise dos dados e informações obtidas nas entrevistas (análise integrada campo-gabinete) e espacialização dos resultados;
- Elaboração de relatórios técnico-científicos preliminares;
- Levantamento cartográfico de gabinete/campo e análise cartográfica, junto ao Laboratório de Geomorfologia do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento da UNESP/Rio Claro e também a organização da carta-base da área, com a temática turística, apontando os principais atrativos turísticos da área;
- Análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e riscos). Segundo Ghemawat (2000) a SWOT começou a ser desenvolvida nos anos 60, nas escolas americanas de administração. O objetivo inicial era focalizar a combinação das “forças e fraquezas” de uma organização com as “oportunidades e riscos (ameaças)” provenientes do mercado. Montana e Charnov, (1998 *apud* GHEMAWAT, 2000), explicam que esta abordagem avalia os pontos importantes para o planejamento. São realizadas pesquisas e os resultados obtidos são organizados em uma matriz SWOT. De acordo com Dornelas (2005), atualmente a análise ambiental, baseada na SWOT é um fator fundamental na estruturação de um plano de marketing e turístico que dê o retorno esperado para a localidade. Uma vez identificadas as principais oportunidades e ameaças enfrentadas pela localidade, é possível caracterizar sua atratividade global. Além disto, a análise do tipo SWOT foi escolhida, dentre várias alternativas, para representar a análise final do trabalho por ser muito usual no mercado

das consultorias em atividades turísticas, seja público ou privado, além de fácil entendimento e demonstram certos resultados relevantes e rápidos. Segundo as bases conceituais de Oliveira (1994), o autor demonstra antes de explicar a metodologia do planejamento estratégico, em sua obra, um quadro interessante e importante para provar uma evidência da escolha da análise SWOT nas metodologias aplicadas neste trabalho, que seria:

“Através do planejamento estratégico, a empresa ou organização espera:

- a) Conhecer e melhor utilizar seus pontos fortes...
- b) Conhecer e eliminar ou adequar seus pontos fracos. ..
- c) Conhecer e usufruir as oportunidades externas e internas.
- ...
- d) Conhecer e evitar as ameaças/riscos externa e internas.”  
(OLIVEIRA, 1994 p60).

- Elaboração e apresentação final dos resultados da pesquisa e da dissertação.

#### **4- CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE ESTUDO**

##### **4.1- Localização da área**

A região estudada é o município de Analândia, com 3924 habitantes, (SEADE, 2005), no centro-leste do Estado de São Paulo, a aproximadamente 225 km da capital, com acesso pelas rodovias Washington Luíz (SP-310) e Anhangüera (SP-330), ambas interligadas pela SP-225, onde se localiza o trevo de acesso a Analândia, a cerca de 16 km do trevo da rodovia Washington Luiz. O município está posicionado entre os paralelos 22°05' e 22°15' S e meridianos 47°50' e 47°30' W. Esta área limita-se ao norte com o município de Descalvado; a sul com os municípios de Corumbataí e Itirapina; a leste com os de Pirassununga e Santa Cruz da Conceição, e a oeste com São Carlos). A região insere-se na bacia do rio Corumbataí e constitui-se nos setores de nascentes do rio Corumbataí, posicionadas ao norte e nordeste da área urbana do município.

A área estudada é berço do rio Corumbataí, através de múltiplas nascentes, localizadas na Serra de Santana, a cerca de 800 m de altitude. Dentre os cursos fluviais que constituem a alta

bacia encontram-se os córregos do Veado, do Retiro, do Vavaleio, da Nova América, São Francisco, Olaria, Santa Terezinha e outros menores. O rio Corumbataí deságua no rio Piracicaba que é afluente do rio Tietê, uma das principais artérias fluviais do Estado de São Paulo. **Forte apelo ao Turismo no meio Rural e ao Geoturismo.**

## 5- CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TURISMO EM ANALÂNDIA

### 5.1- Planejamento e desenvolvimento regional para o estudo da demanda do Turismo

Na obra de Hilhorst (1975), em que estuda planejamento regional e seu desenvolvimento, existem 5 proposições, que compreendem a essência das teorias de desenvolvimento regional:

- “O crescimento regional resulta de um conjunto de decisões provenientes de **dentro** da região, e que conduzem ao comércio inter-regional. Os seus resultados, visando ao crescimento **auto-sustentável**, dependem da capacidade da região de diversificar sua estrutura econômica e de minimizar efeitos de polarização exercidos pela **região primaz**. O setor de **exportação** determinará a infra-estrutura da região, durante as primeiras fases do desenvolvimento regional”. Neste item a região em que se insere o município de Analândia e a atividade turística pretendida, no caso o turismo como setor de exportação, pois o capital vem de fora do município, visa-se uma região primaz evitando uma polarização e atraindo novas demandas, mas sempre deve-se levar em conta a auto-sustentabilidade e em conjunto decisões para equilibrar e melhorar o comércio inter-regional, atraindo assim novos investimentos e demanda.
- “O crescimento regional, como todo crescimento econômico, é acelerado pela **especialização** e pela criação de **economias de escala**, que conduzem a uma determinada estrutura espacial de centros”. A especialização passaria para o turismo e seus adjacentes, como: rede hoteleira, restaurantes, transporte, manutenção dos atrativos turísticos e recursos naturais e a criação de economias de escala, passando pelas diferentes formas de demanda e público, visando sempre a auto-sustentabilidade regional e a conservação dos recursos.

- “Será estabelecida uma certa **hierarquia** dentro da estrutura dos centros, explicada, por um lado, pelas forças administrativas e, por outro lado (e principalmente), pelo desejo de minimizar, por parte dos produtores e consumidores, os custos de transportes. Além disso, **acidentes naturais e fatores políticos** podem, também, ser relevantes. Explica-se através das hierarquias os tamanhos dos municípios da região, seus potenciais, um exemplo: Campinas, um município com grau de desenvolvimento elevado e com uma população grande, serve de demanda para Analândia, pois está inserida na região próxima, assim Analândia serve de oferta de mercado turístico para municípios da região, mas principalmente para o público alvo de municípios de escalas maiores dentro da hierarquia regional.
- “O processo de desenvolvimento regional culmina quando as atividades espacialmente distribuídas e especializadas estejam internamente integradas e formam parte integral de um todo maior, que pode ser a nação”. A própria frase já se explica, pois explica bem o processo do desenvolvimento regional e onde Analândia se encaixaria dentro desta região, fazendo parte desta distribuição espacial com atividades que visam estar integradas com a região do entorno.
- “Há muitas razões que explicam o não-desenvolvimento de uma região, ou o seu declínio, dentre as quais **a exaustão dos recursos naturais, a mudança estrutural da demanda e a deficiência da estrutura sociopolítica** são as mais importantes”. Observa-se a importância deste trabalho, pois se visa aqui demonstrar propostas de conservação, educação (ambiental e responsabilidade sócio-política), uma estruturação de demanda adequada para atividade turística dentro de um município de pequena população, de pouco desenvolvimento econômico, mas com grande potencial turístico e de se desenvolver dentro da região.

Quanto mais elevado tenha sido o grau do desenvolvimento, quanto mais profundamente tenha sido alcançada a especialização, mais complicada será a cadeia de relações resultante. Sobre cada uma das atividades ou funções humanas, aplicando-se certos fatores locais, propiciando o surgimento de dispersão espacial dessas atividades. Assim, as várias funções

possuem uma dada área sobre a qual se expandem suas influências, isto é, na qual as relações com outras funções se tornam palpáveis.

Se puder ser possível medir todos os fluxos de transporte e comunicação entre cada ponto de atividade humana e todos outros pontos da mesma natureza, levando-se em consideração sua intensidade torna-se possível conceber conceito de região tal como se entende aqui. Representando esses fluxos num mapa, no qual todos os pontos estejam inseridos, certos padrões de fluxos se expandirão indicando de forma mais ou menos clara a estrutura regional de demanda turística do município de Analândia. Pode-se prever resultado, porque as linhas inseridas no mapa (figura 1) descrevem a existência de certo grau de especialização fundamental que conduzirá a focalização de relações no espaço. Sendo assim, as linhas do mapa ostentarão crescentes intensidades nas relações que vão de pontos localizados na periferia de uma determinada região ao seu centro.

O conceito de regiões nodais tem sido desenvolvido por geógrafos, quando estudam as rotas de transporte. Eles argumentam que se desenvolverão municípios na convergência de rotas naturais de transporte. Desta forma, localidades situadas ao longo dessas rotas de transporte poderiam comunicar-se apenas através da região nodal, ou seja, o município na interseção das rotas de transporte. As vantagens locacionais desfrutadas por esse município atrairiam várias atividades e sua supremacia funcional na região estaria garantida.

Conquanto Christaller (*apud* HILHORST, 1975), em sua teoria relativa a lugares centrais, reconheça a importância das vias de transporte, para o estabelecimento de certa hierarquia entre municípios, também menciona outros fatores, dos quais o mais importante é o alcance de uma determinada mercadoria, neste caso específico de estudo seriam os atrativos turísticos da região do município de Analândia. O alcance de uma mercadoria é determinado por fatores de oferta e demanda e por sua expressão em sua área de mercado. Ainda sugere que as rotas de transporte podem coordenar o número de localidades dentro do alcance do município de primeira ordem, fatores de natureza administrativa e fatores que conduzem à minimização do custo de transporte podem, também, atuar. A teoria de Christaller (*apud* HILHORST, 1975) tem sido reputada, principalmente para a explicação de distribuição espacial das atividades do

setor de serviços (exemplo: turismo), porquanto, apenas para este setor, pode ser defendida a idéia de um conjunto de atividades voltadas para áreas de mercado.

Em Analândia, como visto anteriormente neste trabalho, existe a facilidade de transporte, devido sua localização entre dois grandes eixos de importantes rodovias do Estado a aproximadamente 225km da capital, com acesso pelas rodovias Washington Luiz (SP-310) e Anhangüera (SP-330), ambas interligadas pela SP-225, onde se localiza o trevo de acesso a Analândia, a cerca de 16km do trevo da rodovia Washington Luiz. Posto isto, vê-se o quanto importante é este estudo sobre planejamento e desenvolvimento regional, ainda mais uma análise de demanda regional pretendida sobre o município de Analândia, um dos pontos de impacto deste fluxo.

## **5.2 - Demanda Real**

Segundo Lemos (1999), entende-se por demanda turística a quantidade de bens e serviços que um consumidor/turista está apto e disposto a adquirir por determinado preço, com determinada qualidade, por determinado período de tempo e em determinado local.